



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Ata da Audiência Pública com o objetivo de discutir a proposta de "Categorização da Reserva Estadual de Águas da Prata em Parque Estadual", de responsabilidade da Fundação Florestal, realizada no dia 18 de novembro de 2015, na cidade de Águas da Prata/SP.

Realizou-se no dia 18 de novembro de 2015, às 17 horas, no Auditório do Balneário Teotônio Vilela, Avenida Armando Sales de Oliveira, s/nº, na cidade de Águas da Prata/São Paulo, a audiência pública com o objetivo de discutir a proposta de "**Categorização da Reserva Estadual de Águas da Prata em Parque Estadual**", de responsabilidade da Fundação Florestal. Dando início aos trabalhos, a Secretária-Executiva Adjunta do CONSEMA, **Cecília Martins Pinto**, declarou que, em nome da Secretária de Estado do Meio Ambiente e Presidente do CONSEMA, **Patrícia Iglecias**, saudava e dava boas-vindas aos representantes do Poder Executivo – nas pessoas dos Excelentíssimos Senhores **Luciana Sargasso**, Secretária de Turismo de Águas da Prata; **Moacir Fernando Teodoro**, Secretário de Assuntos Jurídicos da Prefeitura de Águas da Prata; **Alice de Abreu**, Secretária de Meio Ambiente do Município de Águas da Prata; **José Luiz Serra**, **Luiz César Teodoro**, **Fábio Ferraz de Campos**, **Luiz Alberto Teixeira Ferreira**, **Luiz César Teodoro** e **Fátima Regina Chiarella**, Vereadores pelo Município de Águas da Prata; aos membros do Conselho Municipal de Meio Ambiente - COMDEMA, nas pessoas dos Ilustríssimos Senhores **Renato Dias Montenegro**, Presidente do CONDEMA de Águas da Prata, e de **Vital Francisco do Vale**, Presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural – COMDR de Águas da Prata; dos órgãos públicos; das entidades da sociedade civil, especialmente da Polícia Militar Ambiental de São João da Boa Vista, na pessoa do **Tenente Eudrásio**; das entidades da sociedade civil – nas pessoas de **Cristina Lerosa**, representante da “Guará de Águas da Prata”; **Camila de Oliveira**, representante da “Trilha Educadora” de São João da Boa Vista; **Elton Mazzali**, representante da Serra Paulista de São João da Boa Vista e **Vasco Altafin**, representante da Faculdade de Agronomia Espírito Santo do Pinhal - Unipinhal enfim, deu boas vindas a todos os que vieram participar da audiência pública para discutir a proposta de "**Categorização da Reserva Estadual de Águas da Prata em Parque Estadual**". Declarou possuir a função regimental de conduzir as audiências públicas promovidas pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente – CONSEMA sobre empreendimentos, projetos e obras em licenciamento, planos de manejo, ou seja, acerca de tudo aquilo que diz respeito ao Sistema Estadual do Meio Ambiente. Declarou ainda que a audiência pública, como indica o próprio nome, é um evento aberto a qualquer interessado, dado que se pretende sempre democrático e em cujo desenrolar determinada proposta ou projeto é apresentado a todos – para que sobre ele(ela) opinem, formulem propostas, indagações, críticas, sugestões e elogios, com o propósito de contribuir para sua melhoria e aperfeiçoamento. Esclareceu também que seu papel nas audiências públicas é completamente isento, e sua função, tão somente, conduzir os trabalhos de forma totalmente neutra para garantir àqueles que tenham algo a dizer que o façam de forma democrática e organizada. Expôs, resumidamente, as normas estabelecidas pela Deliberação **CONSEMA Normativa 01/2011** para a condução das audiências públicas, através das quais o CONSEMA estabelece que elas se desdobrem em três momentos ou partes. Esclareceu que na primeira parte tem lugar a apresentação, pelo empreendedor ou seu representante, do projeto ou proposta, e, na segunda parte, a apresentação pelo representante da equipe multidisciplinar que formulou o projeto e elaborou os diferentes estudos que constituem a proposta em si mesma, na medida em que contemplam exposição detalhada de todos e de cada um de seus aspectos. Explicou

1



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

que, imediatamente após, fariam uso da palavra aqueles que representam as organizações da sociedade civil, com direito cada um a até cinco minutos, seguidos por cidadãos que não representam órgãos públicos ou entidades civis, dado que falam em seu próprio nome, com direito a três minutos cada um. Em prosseguimento, acrescentou que se manifestarão os representantes dos órgãos públicos das esferas federal, estadual e municipal, e, a seguir, os representantes do CONSEMA e dos COMDEMAS que se inscreverem, com direito também a cinco minutos cada um. Por fim, acrescentou, falarão os representantes dos Poderes Executivo, seguidos dos que representam o Poder Legislativo e, em seguida, do Poder Judiciário, para que se posicionem acerca das críticas, elogios e sugestões formulados pelos segmentos que antes deles se manifestaram, criando-se, assim, a oportunidade de oferecerem esclarecimentos que, eventualmente, vierem a ser solicitados. A **Secretária-Executiva** reiterou que só poderia fazer uso da palavra quem se inscrevesse, e que, portanto, assim procedessem àqueles que desejassem fazer jus a essa prerrogativa. Informou que a Mesa Diretora de Trabalhos era, na ocasião, composta por ela, **Secretária-Executiva do CONSEMA**; pelo biólogo **Edson Montilha de Oliveira**, Diretor-Adjunto da Fundação Florestal; pela engenheira agrônoma **Cleide de Oliveira**, Assessora da Diretoria Metropolitana e do Interior da Fundação Florestal, e que saudava também a presença do engenheiro agrônomo **Eduardo Goulardins Neto**, gestor da Reserva Florestal de Águas da Prata. **Este técnico** explicou que, no atual estágio, o setor procederá à análise da viabilidade ambiental da proposta suprarreferida, e, superada essa etapa, ou seja, demonstrada sua viabilidade ou inviabilidade ambiental. Ressaltou que a análise se encontra na fase inicial da avaliação da viabilidade ambiental da proposta, para a qual a participação popular é imprescindível. Passou-se à primeira etapa da audiência em que o geógrafo Luiz Sertório Teixeira, Assessor Técnico da Diretoria Metropolitana e do Interior, da Fundação Florestal, apresentou a proposta, e o engº florestal Rodrigo Victor, representante no CONSEMA da Fundação Florestal, ofertou informações sobre o processo de elaboração dos estudos técnicos. Em seguida o gestor da Reserva Estadual de Águas da Prata, engº agrônomo **Eduardo Goulardins Neto** apresentou o projeto, e o Diretor-Adjunto da Fundação Florestal, biólogo, **Edson Montilha**, apresentou os estudos que o embasaram. O biólogo **Edson Montilha**, em nome do Diretor-Executivo da Fundação, Doutor **Luiz Fernando Rocha**, agradeceu a presença de todos. **Declarou** que estavam reunidos nesta tarde e início de noite, em um momento muito importante para todos da Fundação, pois estavam trabalhando para a criação de uma futura Unidade de Conservação – UC, a partir de uma Reserva Estadual, que, por essa condição, se vê afastada de vários direitos relacionados às UCs. **Relatou** que, juntamente com todos os colegas da Fundação Florestal, estava empenhando, há alguns anos, em contar essa como a última Reserva do Estado. Passou a explicar os motivos pelos quais essa alteração se justifica, entre os quais o fato de a categoria de parque oferecer maior proteção para área e, conseqüentemente, promover a melhoria das condições de pesquisas na unidade como benefícios para o Município, tais como ICMS ecológico, e a possibilidade de as atividades de educação ambiental e ecoturismo abarcarem áreas mais extensas. Além desses benefícios para as pessoas que vivem no Município e na região, outro ponto importante são os recursos disponíveis na Câmara de Compensação Ambiental da SMA a serem aplicados nas UCs. **Ressaltou** que, no caso da proposta sobre a qual todos se debruçam, os estudos foram realizados pelos próprios gestores e técnicos da Fundação Florestal e, por essa questão, não foram necessários recursos financeiros de outras fontes para se proceder aos diagnósticos. **Agradeceu** a presença e o apoio de Lucila Manzatti, Diretora das Unidades de Conservação Metropolitana Interior da Fundação Florestal. Passou-se à apresentação dos materiais que subsidiaram os diagnósticos. **Cleide de Oliveira**, engenheira agrônoma e

2



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Assessora da Diretoria Metropolitana e Interior da Fundação Florestal informou que a Reserva Estadual de Águas da Prata foi criada em 1952 com objetivo de desenvolver a Estância Hidromineral de Águas da Prata, conservar e proteger os atributos básicos dessa área, a vegetação nativa e as fontes de águas com características próprias radioativas. **Lembrou** que o Decreto 21610, de 1952 referia-se a uma área de 48,5 hectares, mas, aos poucos, ela foi sendo desindexada daquela destinada ao balneário, e indexada a uma outra de 50,43 hectares, de acordo com a Procuradoria Geral do Estado. **Explicou** que a categoria “reserva” não fora contemplada pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC – a Lei Federal nº 9.985/2000 –, que conferiu padronização a todas as unidades de conservação federais, estaduais e municipais – inclusive a integração de todas diretrizes e requisitos estabelecidos para a gestão de manejo e a integração e efetivação das políticas públicas destinadas às UCs. **Elencou** os principais pontos positivos resultantes dessa mudança, quais sejam: 1) obtenção de recursos oriundos da compensação ambiental com o propósito de minimizar os danos ambientais causados por determinados empreendimentos, como prevê a legislação; 2) recolhimento e destinação – ao Fundo de Compensação Ambiental – de percentual desses recursos, precisamente 0,5% dos 25% de ICMS distribuídos para os municípios a título de ICM ecológico. **Explicou** que, com a recategorização esse índice passará para 0,8%, o que determina que um volume de recursos quatro vezes maior será destinado ao município. **Argumentou** ainda que Águas da Prata recebeu, em 2014, por conta da “reserva”, aproximadamente, R\$52.000/ano, e ao se transformar em parque, obrigatoriamente tornar-se-ão necessárias a elaboração e a implantação do Plano de Manejo, e, para tanto, se buscarão recursos para elaboração do zoneamento e para o estabelecimento de programas de gestão focados na conservação da UC. **Cleide de Oliveira**, Assessora da Diretoria Metropolitana e Interior da Fundação Florestal dissertou sobre a necessidade e a obrigatoriedade de se constituir um Conselho Gestor Consultivo composto por entidades afins que se interessem pela sobrevivência da unidade. Acerca das bases legais que legitimam a recategorização, **referiu-se** à Lei Federal 9985/2000 – conhecida como SNUC –, que prevê que as unidades criadas precisam ser reavaliadas, e que tanto a reavaliação como a recategorização da UC poderá ser feita. **Esclareceu** que o Decreto Federal 4340/2002, que regulamenta o referido sistema, prevê que a categoria de unidade de conservação só poderá ser alterada por um instrumento jurídico de categoria correspondente à daquele que o criou. **Lembrou** que o relatório de recategorização baseou-se nos artigos 1º, 3º, 6º, 8º, 9º, 10 e 11 da Resolução SMA-SP 29/2010 e em estudos técnicos e científicos que evidenciam eventuais benefícios, impactos, cenários, identificação de vetores de pressão. **Ofereceu** breve síntese de todos os passos constantes dos procedimentos metodológicos inerentes à recategorização da reserva estadual, quais sejam, estudos técnicos, audiência pública; resoluções, manifestações e informações acerca das competências do CONSEMA, do conteúdo do decreto e das outras legislações que instituem esse instrumento; organização e posse do conselho consultivo; elaboração do plano de manejo – PM; execução e aprovação pelo CONSEMA do Plano de Manejo. **Cleide de Oliveira** passou a descrever, minuciosamente, as características físicas e biológicas da reserva estadual e de seu entorno que justificam a proposta de recategorização. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes das entidades da sociedade civil. **Camila de Oliveira**, da entidade “Trilha Educadora de São João da Boa Vista”, questionou quais seriam os procedimentos que ligarão os fragmentos da vegetação da Serra da Paulista e as estratégias a serem utilizadas para formar os corredores ecológicos. **Vasco Altafim**, Professor da Faculdade de Agronomia da Universidade do Espírito Santo do Pinhal – UNIPINHAL mencionou ter recebido a sugestão de se discutir, no contexto do Plano de Manejo, a educação ambiental formalizando-se, assim, os

3



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

resultados das pesquisas realizadas pelos alunos do curso de engenharia agrônoma e ambiental. No que diz respeito à zona de amortecimento, **questionou** se o perímetro será efetivamente de 10 km e quais as propriedades agrícolas que poderão inserir-se nessa zona. **Cristina Lerosa**, Presidente da entidade ambientalista “Guará de Águas da Prata”, comentou que essa entidade é totalmente favorável à criação desse parque e que a única dúvida suscitada diz respeito ao levantamento secundário, precisamente à situação das plantas invasoras e dos corredores ecológicos. **Wilges Bruscato**, Professor da Universidade Federal de Alfenas-UNIFAL, questionou se as estruturas físicas da UC serão ampliadas com a transformação da Reserva Estadual em Parque Florestal. **Rafael Eduardo Gomes**, integrante de uma empresa de ecoturismo, solicitou informações sobre os corredores ecológicos que julga deficientes e acerca da realização de trabalhos em educação ambiental com crianças e idosos. **Francisco Queiroz** reiterou as solicitações formuladas por Cristina Lerosa e Wilges Bruscato. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes dos Poderes Legislativo e Executivo. **Fátima Regina Chiarella**, Vereadora do Município de Águas da Prata, formulou uma série de indagações em torno da futura administração do parque. **Fábio Ferraz de Campos**, Vereador do Município de Águas da Prata, pontuou os benefícios socioeconômicos e turísticos que a recategorização da UC promoverá. **Luiz Alberto Teixeira Ferreira**, Vereador do Município de Águas da Prata, expôs sua preocupação com a gestão dos recursos hídricos, desde administrações anteriores, reforçando a importância das ações implementadas pelos gestores públicos em prol da manutenção da qualidade dos recursos hídricos. **Luciana Cardoso**, Secretária de Turismo de Águas da Prata, exaltou a qualidade do trabalho da Fundação Florestal cujos benefícios alcançam o Município de São João da Boa Vista e constituem um programa coletivo. Quanto ao turismo afirmou existirem muitas fragilidades, para cuja superação se colocou à disposição. **Alice Abreu**, Secretária de Meio Ambiente do Município de Águas da Prata ressaltou a rica experiência angariada com a participação desse importante trabalho e agradeceu a presença de todos, inclusive da população de São João da Boa Vista, que se deslocou até o local da audiência. Passou-se às réplicas e tréplicas. **Edson Montilha de Oliveira**, Diretor Adjunto da Fundação Florestal agradeceu a todos que fizeram uso da palavra e externou os esforços feitos como Diretor Regional para captar recursos da Câmara de Compensação Ambiental da SMA, em prol da última Reserva do Estado. Também **ressaltou** o apoio que teve dos órgãos públicos locais, ao longo da empreitada. **João Gabriel**, ex-Diretor Executivo da Fundação Florestal exaltou os esforços que estão sendo feitos pois, mesmo que encontre-se em tramitação um Projeto de Lei das Concessões nas UCs do Estado de São Paulo, **entende** ser muito difícil que o Governo do Estado ou o Município venham a arcar com todas as demandas dessa UC. **Lembrou** ainda, que na sua gestão foi elaborada uma matriz contendo todos os benefícios oriundos da UC para ser juntada ao Edital, anterior à concessão. **Explicou** que no mundo todo a preservação é garantida sem a interferência do Estado, que só intervêm para fiscalizar o atendimento aos requisitos constantes do edital de concessão. **Destacou** também a importância ambiental de se preservar e conservar a região do entorno de Águas da Prata e a participação de toda a sociedade na constituição e aplicação do Plano de Manejo. **Cleide de Oliveira**, Assessora da Diretoria Metropolitana e Interior da Fundação Florestal lembrou que, em relação aos corredores ecológicos, o Projeto Biota prevê estratégias para a manutenção de um mosaico de unidades no entorno da UC e **destacou** existirem, hoje, inúmeras possibilidades de ampliar os corredores com Matas Ciliares e APPs, conforme se detalha no Plano de Manejo. **Garantiu** que as diversas questões levantadas durante a audiência são abordadas nos projetos e programas do Plano de Manejo que prevê inclusive a pesquisa. **Edson Montilha de Oliveira**, Diretor Adjunto da



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Fundação Florestal, informou ter esse órgão estabelecido parcerias e convênios com diversas instituições, inclusive com as Academias. **Disse** que estava prestes a finalizar uma parceria com a UNESP de Rio Claro, que possui próxima a ela uma UC. **Ressaltou** que as parcerias são firmadas com, praticamente todas as universidades, públicas ou privadas, para que sejam procedidas diversas ações de pesquisa e ações junto aos estudantes. **Citou** as parcerias com a Universidade de Ribeirão Preto e de Alfenas. **Noticiou** a inauguração nos próximos dias, pelo Governador, da Estrada Parque da Serra da Macaca, que liga São Miguel Arcaño, Registro e Vale do Ribeira. A constituição dessa Estrada Parque **complementou**, teve início há alguns anos pelo Instituto Florestal, e servirá de modelo para o Brasil pois garantirá o direito de ir e vir, por um caminho mais curto, respeitando a fauna e a flora locais permitindo, ao mesmo tempo que as pessoas usufruam das águas frescas e geladas das bicas existentes ao longo do trajeto. Para tanto, **informou** terem sido feitas parcerias com concessionárias e com os municípios para garantir a proteção da fauna, possibilitando a passagem dos primatas, como o macaco-prego, sem a ocorrência de atropelamentos e para isso, serão utilizadas as tecnologias e os conhecimentos disponíveis. Sobre a gestão da Reserva de Águas da Prata, que é um patrimônio pertence à Fazenda do Estado, **informou** que continuará a ser da Fundação Florestal, que é um órgão da SMA. Quanto às espécies exóticas, **explanou** sobre o problema do plantio indiscriminado de frutíferas não nativas, que acabam por invadir a área da mata. **Afirmou** que o manejo de espécies exóticas é previsto no programa de pesquisa e de manejo, existente no Plano de Manejo. Por serem extremamente agressivas, **explicou** ser possível, em caráter de urgência, realizar o corte de espécies exóticas, sem a necessidade de esperar pelo Plano de Manejo e que para se proceder o controle, conta-se também com a participação da sociedade no fornecimento de informações sobre a ocorrência das mesmas. **Cleide de Oliveira**, Assessora da Diretoria Metropolitana e Interior da Fundação Florestal reforçou que um Plano de Manejo origina-se da construção coletiva da qual participam as entidades proponentes, o Conselho Gestor e a população, por meio de reuniões públicas e *workshops*. **Frizou** que todas as questões suscitadas farão parte do Plano de Manejo e que existe também a possibilidade de se constituir planos emergenciais, pois a categoria de Parque, conforme consta do SNUC, prevê a tomada de ações que são delimitadas pelo Conselho Gestor. **Edson Montilha de Oliveira**, Diretor Adjunto da Fundação Florestal pontuou que a ausência de um Conselho Gestor composto de munícipes, representantes do Poder Legislativo, Executivo e da sociedade civil pode trazer confusões na comunicação, como por exemplo, no corte de árvores em risco de queda ou nas ações sobre uma área contaminada. **Cecília Martins Pinto**, Secretária Adjunta do CONSEMA esclareceu que após a participação da comunidade e dos técnicos o Plano de Manejo ao ser concluído será, obrigatoriamente, encaminhado à Comissão Temática de Biodiversidade, Florestas, Parques e Áreas Protegidas do CONSEMA, que produzirá um relatório a ser apreciado pelo CONSEMA. **Edson Montilha de Oliveira**, Diretor Adjunto da Fundação Florestal afirmou ainda persistirem questões pendentes. Quanto aos questionamentos sobre os limites da Unidade observou que as cachoeiras estão fora da área da Reserva do Parque Estadual, não havendo como gerenciar a área dentro do Plano de Manejo. **Ressaltou** que o processo de gestão das cachoeiras, fora da Unidade, deverá ser feito junto com a Prefeitura e outros parceiros. Quanto às ações de melhoria de infraestrutura informou que na qualidade de Parque, será possível obter os recursos financeiros junto à Câmara de Compensação Ambiental, com base na elaboração de um Projeto Executivo. **Confirmou** a informação sobre a existência de um Projeto de Lei de concessão. **Explicou** ser o quadro técnico da Fundação composto por biólogos, ecólogos, geólogos, engenheiros agrônomos e florestais para cumprir a missão de proteger a biodiversidade e proceder à fiscalização.

5



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Discorreu sobre os limites das atribuições da Fundação Florestal, esclarecendo que o quadro técnico não possui responsabilidades frente à administração das infraestruturas das UCs, tais como, bilheteria, restaurante, hospedaria, lanchonetes, quadras e as atividades de ecoturismo. **Eduardo Bulardins**, Gestor da Reserva Estadual de Águas da Prata esclareceu que, em relação aos quiosques que estão sendo construídos, haverá a necessidade, em momento adequado, de se tratar a administração dos mesmos junto ao Núcleo de Novos Negócios da Fundação Florestal. Tal conversa deverá ser conduzida, obrigatoriamente, junto aos interessados pois está havendo ocupação de espaço público que contou até 1997, com um Termo de Permissão de Uso da FUMESP, que a partir da extinção desse órgão, deixaram de ter compromisso de regularização perante a PGE. Diante disso, **alertou** para o fato de que o Ministério Público pode pedir a intervenção e o fechamento desses quiosques. **Esclareceu** que todas as taxas recolhidas de terceiros são aplicadas na própria Unidade e que na condição atual não é possível obter-se algum recurso, pelo fato de não ser alcançada por política específica de conservação. Nessa condição **relatou** também o quanto é difícil proceder-se a adequação da gestão dos resíduos sólidos da UC. **Elton Mazzali**, Presidente da Associação Amigos da Serra da Paulista de São João da Boa Vista tornou a questionar se, com a recategorização para Parque, será realizado um trabalho de pesquisa para ligar os mosaicos do Parque aos da Serra. **Cleide de Oliveira**, Assessora da Diretoria Metropolitana e Interior da Fundação Florestal reiterou que tal estudo já foi entregue e levantado pelo Projeto Biota, e que tais áreas fazem parte do Plano de Manejo, ao se discutir a área de amortecimento. **Edson Montilha de Oliveira**, Diretor Adjunto da Fundação Florestal esclareceu que existe na SMA um grupo que trabalho dedicado à criação e ampliação de novas Unidades e à criação de mosaicos. **Comentou** que essa região, salve engano, já pertence ao estudo de ampliação e de criação de mosaicos. **Eduardo Bulardins**, Gestor da Reserva Estadual de Águas da Prata lembrou aos que participaram da luta “fora linha!”, ter sido acertado com o IBAMA, em reunião ocorrida em Brasília, que a Associação Amigos da Serra da Paulista de São João da Boa Vista irá apresentar novas áreas para serem transformadas em UCs, o que significa que a criação de novas UCs não se restringe à iniciativa do Estado. A Secretária-Executiva Adjunta do CONSEMA, **Cecília Martins Pinto**, em nome da Secretária de Estado do Meio Ambiente, Patrícia Iglecias, agradeceu a presença de todos, após o que declarou encerrados os trabalhos desta reunião. Eu, **Paula Frassinete de Queiroz Siqueira**, Diretora do Núcleo de Documentação e Consulta da Secretaria-Executiva do CONSEMA, lavrei e assino a presente ata.

6